

NARBONNE, Jean-Marc – *Antiquité critique et Modernité: Essai sur le rôle de la pensée critique en Occident*. Paris: Les Belles Lettres, 2016, 251 p.

O professor Jean-Marc Narbonne dá à estampa um livro que vem precisamente colmatar uma lacuna nos estudos da filosofia antiga. Este ensaio é fruto das próprias interrogações do autor e também do trabalho desenvolvido nas suas atividades académicas que se concretizaram num projeto de investigação multidisciplinar, de que é o seu atual Diretor. Tal como refere no prefácio, o projeto de investigação é mantido no quadro de um programa em regime de parceria do Conselho de Investigação em Ciências Humanas do Canadá (CRSH) com o tema: "Razão e revelação: a herança crítica da Antiguidade", em colaboração com diferentes instituições académicas estrangeiras. A partir desta vastíssima investigação sobre as raízes da nossa cultura, estão previstos três volumes, dos quais, o primeiro, com o título: "O desenvolvimento do espírito crítico na Antiguidade: as fontes gregas", está em vias de publicação. Para este fim, a obra que aqui se apresenta, "Antiguidade crítica e Modernidade", tem em vista dar uma primeira exposição sobre o vasto tema geral da investigação e enquadrar a ampla reflexão sobre o assunto.

Para quem não conheça suficientemente a obra do professor Jean-Marc Narbonne, devemos dizer que é um dos mais reconhecidos académicos que se têm dedicado ao estudo de Plotino. Narbonne é professor de filosofia antiga na Universidade de Laval (Québec) e é titular de uma Cátedra de investigação no Canadá em "Antiguidade Crítica e Modernidade Emergente". É também diretor do projeto de uma nova edição das Obras completas de Plotino das Belles Lettres. Alguns dos seus estudos

têm-se direcionado para a época contemporânea, sobretudo num debate que confronta Heidegger e Lévinas, com a herança grega.

De facto, nesta obra, Narbonne dá-nos uma leitura da receção crítica feita pela tradição filosófica neoplatónica e a forma como esta é entendida a partir do mundo Moderno, tendo como base a especulação crítica originária grega, cujo espaço temporal privilegiado, neste estudo, se situa entre o século V a. C e o século V d. C. Na verdade, trata-se de uma dupla receção: a receção neoplatónica face à filosofia grega originária e a receção crítica da tradição neoplatónica no mundo contemporâneo, tendo em conta particularmente a época moderna das Luzes e o seu desenvolvimento ulterior, na contemporaneidade. Caso paradigmático desta receção é o segundo capítulo, onde Narbonne pontua objetivamente o paralelismo entre o pensamento crítico antigo do século V, no tempo de Péricles, e a emergência das Luzes na época moderna (p. 71).

O presente ensaio revela ser um estudo complexo, na medida em que Narbonne conjuga as diferentes interpretações sobre o pensamento antigo confrontando-as com os textos dos filósofos gregos e sobre questões dificilmente resolvidas. Por isso mesmo devemos ter consciência de que estamos diante de uma obra que manifesta a versatilidade do saber filosófico do seu autor, quanto ao pensamento filosófico antigo, bem como quanto à sua projeção no pensamento contemporâneo. Por conseguinte, "Antiguidade crítica e modernidade" centra-se na receção crítica grega na modernidade. Como explica o autor no

prefácio, o principal escopo da obra pretende aprofundar uma questão central: mostrar como as especulações gregas antigas que cobrem praticamente todos os domínios do saber, quer dizer, o conjunto variado das realidades da existência humana, estão na base das condições de possibilidade de uma relação problematizada com o mundo, e a um nível tal que não se encontra um fenómeno semelhante em outras culturas (p. 11). Trata-se de facto de dar início, neste livro, a uma abordagem sobre a complexidade da herança grega, realçando sobretudo a tradição neoplatónica e concentrando-se particularmente na posteridade desta tradição filosófica, colocada, por sua vez, também no horizonte contemporâneo – por exemplo em autores como Bergson, Heidegger e Lévinas. A interrogação inicial donde Narbonne parte é então esta: “Porquê os Gregos? Por que razão os Gregos?”

Para além deste questionamento *problematizado* ou *questionador* relativamente à herança do espírito crítico, que, segundo o nosso autor, é comum a nós e aos Gregos, poderemos esperar que a sua atitude crítica nos ajude a melhor discernir o nosso caminho comum, nosso e dos Gregos. Na verdade, a leitura de Narbonne implica necessariamente uma dupla receção crítica: a interpretação crítica da antiguidade grega tardia face aos primórdios gregos e a receção desta mesma crítica no mundo contemporâneo, pondo em destaque três autores específicos – Hans Blumenberg, Marcel Gauchet e finalmente Remi Brague.

Porém, antes mesmo de desenvolver a receção crítica na modernidade que se desenvolverá no terceiro capítulo, Narbonne expõe, no primeiro capítulo, alguns dos questionamentos críticos preliminares através de três eixos temáticos: o «olhar de cima»; a ideia de *criatividade*; e o impossível ateísmo. No primeiro caso, Narbonne desconstrói a tese de Hans

Blumenberg apresentada no seu livro *La Légitimité des Temps modernes*, que, sob a égide de um périplo petrarquiano, sustenta a ideia de que na Antiguidade, assim como na Idade Média, há uma inibição específica para contemplar o mundo do alto, ou para o pensar como apenas observado pelo homem e a partir dele (p. 18). Segundo Narbonne, esta posição teórica é perfeitamente refutável, e para isso evoca vários autores, que vão desde Platão (no *Teeteto*) passando por Cícero (sobretudo no *De natura deorum* e no *Sonho de Scipião*), Lucrecio (na obra *Sobre a natureza*), Luciano de Samosata (escritor sírio de língua grega do século II d. C. e ilustre representante da segunda sofística, cujo pensamento será objeto de maior desenvolvimento no quarto capítulo desta obra), ou ainda pelas *Metamorfoses* de Ovídio. Os exemplos dados poderiam fragilizar o ponto de vista de Blumenberg, que, como refere Narbonne, apesar de apresentar também muitos elementos teóricos positivos da cultura grega, não é evidente em si mesmo, pois como compreender a posição teórica do historiador da filosofia que advoga a originalidade dos Tempos modernos com a sua *Selbstbehauptung* (afirmação de si) e manter um olhar crítico quanto ao fenómeno da secularização, pelo menos numa das suas versões (p. 23)? O segundo tema, a noção de *criatividade* representa também na literatura académica e erudita o lugar-comum segundo o qual os Gregos teriam ignorado esta noção (p. 27). Também esta ideia é sustentada por Blumenberg, apoiando-se para isso em estudos de especialistas clássicos, como por exemplo, a obra de Samuel H. Butcher, *Aristotle's Theory of Poetry and Fine Art*, que discute a noção de *phantasia* em Aristóteles e em Platão, dando-lhe uma indefinição teórica, incapaz de dar o pleno sentido da faculdade imaginativa e inventiva. Para Narbonne certamente que

esta "inventividade" não se mede pelo uso que se faz do termo *creatio*, que o autor traduz espontaneamente por processo, mas inscreve a criação no âmbito da produção em matéria de música, pintura e literatura. Como explica Narbonne, os autores antigos utilizavam vários vocábulos para expressar a ideia de criatividade e de imaginação. De entre esses vocábulos, alguns provêm da família da descoberta, tais como εὔρημα, εὔρεσις, εὔρισκω, ἐξευρίσκω; outros traduzem a ideia de novidade e de produção do novo, ou ainda a ideia de inventar e imaginar uma fábula (πορίζεσθαι), bem como de fabricar ou figurar; neste último caso, noções que são expressas pelos verbos πλάττειν e ἀναπλάττειν, muito importantes para a ideia de uma imaginação criadora. A refutação da tese sobre a filosofia antiga é claramente demonstrada, não só pelo uso frequente de exemplos, como também pela exposição devidamente justificada e organizada (pp. 34-35).

Por último, a questão do ateísmo no pensamento antigo. Narbonne desconstrói a ideia, por um lado, de que o pensamento antigo não conheceu o ateísmo (p. 54), e por outro, de que a equivalência entre ateísmo e modernidade não é uma tese menos certa. Expõe de forma criteriosa alguns exemplos de ateísmo no pensamento antigo e mostra como ele funciona no seio do debate crítico filosófico, mas também como correlato de um desencantamento do mundo. Há um possível prolongamento das Luzes gregas do século V às Luzes do século XVIII, estabelecendo-se algum paralelismo entre as duas épocas (pp. 72-76). Para isso, diversas questões, como a origem do cosmos (levantada pelos Iônicos e seus sucessores), a crítica à religião (exemplarmente efetuada por Xenófanes de Colófon) e ainda a capacidade de inovação e de transformação (como dizia Tucídides, "Os Atenenses são

inovadores", frase citada por Brunschwig e Lloyd, na obra *Saber Grego*) constituíram a conquista do pensamento. Foi este espírito curioso e aberto à inovação que fez com que os Gregos forjassem um novo *ethos*, isto é, uma nova humanidade aberta à idiossincrasia e à igualdade (isonomia e isocracia) que a *Cidade* traduzia com o conceito de liberdade e, conseqüentemente, com a distinção entre a esfera privada e a pública: "o que é *idion* [próprio] é colocado em valor pela oposição àquilo que é *demosion* [público] ou *koinon* [comum]" (p. 97). É no capítulo terceiro que Narbonne avaliará de forma mais detalhada, mas simultaneamente condensada, as diferentes teses modernas e contemporâneas quanto à "relação crítica ao mundo", justapondo no título, de forma interrogativa: "uma herança permanente?". Esta avaliação faz-se em função daquilo que Narbonne designa como «Mega-narração ocidental», perpetrada pelos três intérpretes. É neste preciso capítulo que se encontra o núcleo fulcral de toda a obra, onde as questões e os problemas entre mundo antigo e mundo moderno se entrecruzam, dando lugar a uma constatação sobre a "estrutura em duplo fundo" da cultura que nós herdamos: a judaico-cristã e a grega, que se consolida em duplo fundo: a heleno-romana e depois a heleno-judaico-cristã. Na verdade, a herança cultural recebida, quanto à ideia de religião e da sua crítica perpetrada ao longo dos séculos, como um "fenômeno único na história universal, a religião da saída da religião" (expressão cunhada por Gauchet), não implica necessariamente o fim da religião. O exame crítico de Remi Brague quanto à modernidade distingue-se dos de Blumenberg e Gauchet, na medida em que aquele reforça a ideia de uma modernidade condicionada pelo contributo cristão (p. 125). As análises de Remi Brague constituem o núcleo de interesse centrado na importância da

Grécia antiga na sua "dobra" (*pli*) e que se estende desde uma "helenidade" corretamente "romanizada" e cristianizada, a uma dobra (*pli*) cultural daquele que recebe e secundariamente transmite e passa, sem ter a pretensão de originalidade ou de génio, antes se colocando na escola dos seus predecessores. É isto que está na base da cultura europeia (p. 126).

Por tudo isto e de forma conclusiva podemos dizer que este ensaio reúne uma quantidade considerável de testemunhos a partir e sobre a *atitude crítica* dos Gregos e contém um manancial doutrinal considerável sobre esta questão.

No quarto capítulo Narbonne revela o pensamento de Luciano de Samosata, cujos escritos de teor fortemente crítico foram redescobertos no Renascimento. Narbonne esboça o teor crítico e satírico de Luciano de Samosata, que Lutero e Erasmo tão bem conheciam, revelando sucessivamente o movimento do seu pensamento que vai desde o ceticismo, passando pelo relativismo e pelo ecletismo. De facto, a influência de Luciano de Samosata no Renascimento, embora não sonda a única, terá um papel decisivo na atitude crítica e no exame livre do espírito, com repercussões em autores como Gassendi, Bayle e Hume (p. 187).

Por fim, o último capítulo revisita, de forma breve, a ideia de herança e de tradição filosófica a partir do mote de René Char que abre a obra de Arendt *A Crise da Cultura*, e que Narbonne comenta a respeito da herança grega, dizendo que a herança grega ou greco-romana não tem "um signatário designado, não pertence propriamente a ninguém e não impede qual a maneira de ser explorado e como o aproveitar: ela é de livre utilização e refletida por aquele que se faz legatário, portanto, com a responsabilidade que cada um o faça à sua maneira, o preserve ou o modifique segundo as circunstâncias" (pp. 193-194).

A obra termina com uma vasta bibliografia e contém um índice de noções e um índice de autores antigos e modernos. Trata-se no fundo de uma obra com bastante interesse quer para a compreensão do pensamento antigo, quer para a compreensão da recepção deste pensamento na época contemporânea. Assinalamos unicamente que na p. 60 a datação do filósofo neoplatónico Proclo de Atenas (412-485) aparece de forma incorreta, como sendo um autor do século V antes da nossa era, quando é precisamente um autor do século V d. C. Sem dúvida alguma que é uma gralha tipográfica.

Maria Manuela Brito Martins